

alguns casos significativos, e nunca como uma característica geral de um dado ramo. Essa modernização remeteu, assim, para mudanças significativas em termos de automação parcial ou total do processo, ou mesmo de setores de administração, estoques ou venda, trazendo repercussões para o processo de trabalho.

A terceira, enfim, explora a questão da organização do trabalho, aplicada à indústria local. Na organização do trabalho, a pesquisa observou a ocorrência de um taylorismo, que convencionou chamar de taylorismo caboclo, devido as adaptações que se ligaram especificamente a questão salarial e a divisão do trabalho. Poucas empresas, apesar de se queixarem da falta de uma tradição operária e da falta de pessoal qualificado na região, fizeram algum investimento em qualificação da mão de obra. Essa nova indústria, conclui a pesquisa, fez dos baixos salários uma de suas características principais, tornando a questão salarial no ponto central para se pensar os impasses e perspectivas da política industrial e de uma política sindical na região.

O livro constitui fonte indispensável para todos os interessados nas questões do trabalho, indústria, tecnologia e trabalhadores no Brasil, na região Nordeste e, particularmente, na Paraíba.

Mauro Guilherme Pinheiro

Koury

(Professor do Mestrado em Ciências Sociais UFPB)

SOBRE TRABALHADORES URBANOS

Alice Rangel de Paiva Abreu, Elina Gonçalves da Fonte Pessanha (org) ... et al. *O trabalhador carioca: estudo sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1995. 171 pp.

Esta coletânea reúne artigos de pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Pesquisa Social do IFCS-UFRJ resgatando as especificidades do processo de industrialização e formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro.

Com abordagens distintas, os artigos podem ser reunidos em dois grupos: o primeiro aborda operários fabris - movimento sindical na indústria naval, a gestão da força de trabalho em indústrias estatais como a Fábrica Nacional de Motores e trajetórias profissionais de operários da Cia. Siderúrgica Nacional; o segundo detém-se na caracterização e segmentação do mercado de trabalho regional, condições de vida e trabalho tendo como recorte a questão do gênero - a subcontratação na indústria de confecção; as ocupações femininas no estado historicamente e a infância como problema social.

Esse agrupamento reflete por sua vez a história social do Rio de Janeiro: a forte presença do Estado na economia, os projetos desenvolvimentista a partir do governo Vargas e o declínio econômico do pós-60, resultante da mudança da capital para Brasília.

O primeiro artigo, *De operários navais a metalúrgicos: experiência de classe e identidade política entre trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro*, de Elina Pessanha, trata da continuidade e descontinuidade da experiência operária através da recuperação histórica dos principais momentos da organização desses trabalhadores: os sindicatos de grupos profissionais nas primeiras décadas do século, a institucionalização do Sindicato dos Operários Navais em 1942, as transformações da base técnica na produção de navios nos anos 50, o crescimento numérico da categoria e sua mobilização política até 1964. A repressão que se seguiu ao golpe militar altera o enquadramento sindical desses operários passando para a categoria de metalúrgicos, mantendo-os como marítimos somente os empregados em empresas de navegação, dividindo e enfraquecendo o movimento. A modernização fabril que se segue, principalmente no período Geisel, altera substancialmente as características da mão de obra empregada e de sua gestão e, a partir do final dos anos 70, assiste-se a retomada das lutas agora como metalúrgicos. A autora demonstra que tradição de luta da categoria se manteve através da socialização das experiências entre gerações operárias: do velho ao novo sindicalismo, apontando mais para continuidades do que para rupturas.

José Ricardo Ramalho estuda *Empresas estatais de primeira geração: formas de gestão e ação sindical*, recuperando a resistência operária em fábricas identificadas com o nacional

desenvolvimentismo como a Cia. Siderúrgica Nacional, Fabrica Nacional de Motores, Cia. Vale do Rio Doce e Cia. Nacional de Alcalis. Demonstra a confluência de fatores internos (autoritarismo político) e externos (2ª Guerra Mundial) no surgimento dessas empresas e o discurso da segurança nacional refletido na militarização da disciplina fabril, e da ideologia do bem comum; a gestão extrapolando os limites da fábrica nas cidades e vilas operárias influenciando na reprodução da força de trabalho e na atuação sindical. A partir do caso da FNM demonstra o processo conflituoso e contraditório enfrentando pelos trabalhadores e o sindicato, nas formas de resistência a exploração e, ao mesmo tempo, nas lutas pela preservação da empresa.

Regina Morel utiliza relatos de ex-operários da Cia. Siderúrgica Nacional como forma de recuperar a história de uma geração de trabalhadores constituída na formação da empresa e da cidade de Volta Redonda, a identidade coletiva resultante, suas trajetórias profissionais e de vida em *História incorporada e identidade coletiva entre trabalhadores aposentados da Cia. Siderúrgica Nacional*. Trabalha com a ideologia da "família siderúrgica" da empresa, os fracassos e êxitos pessoais vinculados à trajetória na empresa: a qualificação, a carreira, o orgulho profissional, a crença no valor moral do trabalho, suas expectativas de direitos e reconhecimento, e o sentimento de injustiça com as mudanças implementadas na década de 60 com o fim da "proteção" representada pela estabilidade e

condições de reprodução como moradia, saúde e alimentação. A idealização do passado é a tônica, idealização esta que ultrapassa, a nível da memória, as recordações sobre lutas coletivas, sem contudo excluir a consciência da exploração.

Abrindo o segundo grupo, Paola Cappellin em *Ocupações femininas: reconstruindo as relações de gênero no mercado de trabalho regional - Rio de Janeiro 1872-1980*, utilizando censos populacionais do período, analisa as mudanças ocorridas na inserção de mulheres no mercado de trabalho carioca. Refere-se rapidamente a mulheres ocupadas no trabalho rural do final do século, detendo-se em seguida em trabalhadoras urbanas. Na indústria destaca a participação na indústria têxtil e do vestuário no início do século e depois dos anos 20 a expansão das ocupações femininas como trabalho assalariado e não assalariado. Finaliza descrevendo o processo de feminização ocupacional negativos e positivos no pós-50, utilizando a tipologia de Zaidman (1986): enquanto busca da igualdade, deserção masculina e feminização subversiva. Finaliza destacando as mudanças de fronteira entre os sexos e a continuidade de atividade ocupacionais femininas.

Alice Abreu e Bila Sorj analisam a *Subcontratação e relações de gênero na indústria de confecção*, a partir de entrevistas realizadas com costureiras e alfaiates. Discute o espaço produtivo feminino - normalmente conjugando local de trabalho e vida familiar, e o masculino com a nítida separação espacial, temporal e funcional; a construção social e sexual das qualificações, a partir do genérico

"costureira" e das graduações na profissão de alfaiate tal como oficial, meio oficial, oficial da calça, etc, *como resultado dos significados que a habilitação adquire quando articulada a representações de gênero*. No caso das costureiras tem-se uma representação banalizadora vinculada ao específico feminino, como dom não como qualificação. As ideologias de gênero se articulam institucionalmente no mercado de trabalho: enquanto para os alfaiates é "trabalho por conta própria" ou pelo menos tentativa de, com possibilidade de melhoria de rendimentos, para as costureiras trata-se de trabalho subcontratado, a domicílio como forma de conciliar trabalho e vida doméstica, com retornos salariais menores e intensificação do trabalho.

Finalizando, Rosilene Alvim, estuda a *Infância das classes populares: a constituição da infância como problema social no Brasil*, analisando a construção histórica do problema do menor, termo substituído por meninos e meninas de rua a partir dos anos 70. Do início do século até a elaboração do Código de Menores de 1927, o tema trabalho e escolarização como alternativa delinqüência domina os debates: de 1930 a 1943, o Estado assume a tutela na gestão da delinqüência, a questão trabalho indo para a CLT e a transformação do Código do Menor em Código Criminal; de 1943 a 1964 predominam os internatos como forma de proteção e recuperação de crianças e adolescentes abandonadas; de 1964 a 1990 a modernização num quadro de autoritarismo político, a Funabem trabalhando não com o menor trabalhador mas o carente e o infrator e a necessidade de mantê-los em regime de

internação. Com o Estatuto de 1990, a rediscussão do internamento e a necessidade de adoção de medidas educativas, com inúmeros projetos alternativos.

O conjunto de artigos sintetizam, em grande parte, trabalhos de maior fôlego realizados pelos pesquisadores, publicados ou em vias de publicação. Fazem um painel dos trabalhadores cariocas em suas especificidades, particularidades e generalidades,

contribuindo para a compreensão da diversidade e heterogeneidade da formação e atuação da classe trabalhadora e dos mercados de trabalho em todo país, fugindo de estudos generalizantes a partir do "tipo ideal" representado por análises desse mesmo processo em São Paulo.

Jacob Carlos Lima
(Coordenador e Professor do MCS/UFPB)